

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje às 19 horas.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos.

23 DE AGOSTO DE 2016

36ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: DELEGADO OLIM

RESUMO
ORDEM DO DIA
1 - DELEGADO OLIM
Assume a Presidência e abre a sessão. Dá conhecimento de emendas ao PLC 41/15, que retorna às Comissões, ficando adliada sua apreciação. Encerra a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Delegado Olim.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Tramitação Ordinária.

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 41, de 2015, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado de São Paulo e dispõe sobre a modificação da anexação de Comarcas. Pareceres nºs 549 e 550, de 2016, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis.

Há sobre a mesa emenda de plenário, razão pela qual o projeto retornará às comissões.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência a dá por encerrada.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 02 minutos.

24 DE AGOSTO DE 2016

113ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO, CORONEL TELHADA, MARCOS MARTINS e CARLÃO PIGNATARI
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca sessão solene para o dia 07/10, às 10h, com a finalidade de "Homenagear as Aldeias Infantis SOS", por solicitação da deputada Marcia Lia.

2 - CARLOS GIANNAZI

Discorre a respeito de proposições legislativas federais, estaduais e municipais que, considera, prejudicam a Educação no Brasil. Comenta a orientação do Plano Nacional de Educação no sentido de aumento gradual dos investimentos no setor educacional, que não está sendo respeitado. Anuncia a realização de manifestações, na próxima semana, do Sinpeem e da Apeoesp, contra a retirada de direitos dos profissionais da Educação. Crítica os governos de Fernando Haddad, Michel Temer e Geraldo Alckmin.

3 - CORONEL TELHADA

Comenta notícia de suspeita de desvio de 600 milhões de reais nas Olimpíadas e os prejuízos causados à população brasileira. Disserta acerca de matéria da colunista Mônica Bergamo, que registrou a sugestão de inclusão de formação em Direitos Humanos nos cursos destinados à polícia, feita pela assessora especial para Assuntos Sociais e Direitos Humanos da Secretaria de Segurança Pública, Márcia Garutti. Afirma que a PM já contempla essa temática em suas atividades formativas.

4 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência.

5 - JOOJI HATO

Rebate as críticas do deputado Carlos Giannazi ao presidente em exercício, Michel Temer, a quem defende. Alega existência de corrupção generalizada no Brasil. Considera a necessidade de comprovar-se a desonestidade daqueles que se acusam publicamente. Discorre a respeito da crise econômica, política e de Segurança Pública por que passa o País.

6 - CARLOS GIANNAZI

Pronuncia-se sobre a proposta federal de reforma da Previdência. Faz comentários a respeito do movimento Escola sem Partido, que compara a medidas do governo militar durante a ditadura. Afirma a resistência do Magistério diante destas medidas. Informa que parecer contrário a tais projetos, de sua autoria, fora aprovado pela Comissão de Educação desta Casa. Faz convite para a audiência pública que se realizará no dia 25/08, às 19h, para debater o projeto Escola sem Partido.

7 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

8 - MARCOS MARTINS

Assume a Presidência.

9 - CARLÃO PIGNATARI

Saúda o deputado Adilson Rossi por sua atuação como substituto do deputado Marcos Zerbini na presidência da CPI da Merenda Escolar. Crítica a cooperativa investigada pela CPI, que considera culpada. Repudia alegações evasivas e incoerentes dos depoentes ouvidos. Pede apoio de seus pares para a aprovação do PLC 58/15. Discorre a respeito da importância do trabalho realizado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Demonstra sua expectativa de que o processo de impeachment da presidente afastada, Dilma Rousseff, transcorra e seja finalizado com tranquilidade. Cumprimenta o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, por sua atuação neste processo.

10 - CARLÃO PIGNATARI

Solicita a suspensão da sessão, por dez minutos, por acordo de lideranças.

11 - PRESIDENTE MARCOS MARTINS

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h08min.

12 - PRESIDENTE MARCOS MARTINS

Reabre a sessão às 15h21min.

13 - JOÃO PAULO RILLO

Declara seu apoio aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Considera a greve como instrumento necessário para a luta por direitos trabalhistas. Ressalta a importância do trabalho dos servidores da Defensoria. Defende projeto que cria a Região Metropolitana de São José do Rio Preto, rebatendo argumentos do governador Geraldo Alckmin, que o vetou. Discorre sobre características da região que justificam a aprovação da proposição.

14 - CEZINHA DE MADUREIRA

Solicita a suspensão da sessão até as 16h30min, por acordo de lideranças.

15 - PRESIDENTE MARCOS MARTINS

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h28min.

16 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h35min. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 19 horas.

17 - CARLOS CEZAR

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

18 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 25/08, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 19 horas. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência, atendendo solicitação da nobre deputada Marcia Lia, convoca V. Exas., nos termos do Art. 18, inciso I, letra "r", da XIV Consolidação do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia 7 de outubro de 2016, às 10 horas, com a finalidade de homenagear as Aldeias Infantis SOS.

Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Pedro Tobias. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alecar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia da Capital, da Grande São Paulo, do Interior Paulista e da Baixada Santista, eu gostaria de dizer que a Educação pública brasileira está sendo atacada em várias frentes.

Do ponto de vista do seu financiamento, por meio das medidas que estão sendo tomadas e que foram apresentadas à Câmara dos Deputados, como a PEC nº 241, apresentada pelo governo Temer, e o PLP que foi encaminhado pela ex-presidente Dilma, que congela os salários dos professores, as promoções, eleva a contribuição previdenciária de todos os servidores estaduais. Além disso, a PEC nº 241 é ainda pior: a PEC nº 241 congela os investimentos em todas as áreas sociais, mas, sobretudo, na área da Educação.

Aprovamos o Plano Nacional de Educação, os planos municipais de Educação e os planos estaduais de Educação, estabelecendo metas para uma espécie de plano decenal - com prazo de dez anos -, sobretudo na área do financiamento da Educação, elevando o investimento para 10% até o final desta década da Educação.

No entanto, essas medidas que estão sendo tomadas pelo governo Temer, de ajuste fiscal, de retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, afrontam diretamente, sobretudo, a Educação pública brasileira, que será destruída por essas medidas desse governo, que é representado, na verdade, por pessoas que, como o próprio presidente, vêm do submundo da política.

Ele é um político de negócios - todo mundo sabe disso - que não tem nenhum compromisso com as áreas sociais e vai atacar os cofres públicos e canalizar o dinheiro para o pagamento de juros da dívida pública, para beneficiar os rentistas e especuladores da dívida.

Então, eles estabeleceram teto para a dívida pública, mas não estabeleceram teto para o pagamento da dívida pública, para os rentistas e para os especuladores. Nesse sentido, estamos travando uma grande luta, não só aqui em São Paulo, mas em todo o Brasil, contra todas essas medidas do ajuste fiscal, tanto em Brasília, como aqui em São Paulo. Em São Paulo o governo Alckmin criou uma espécie de laboratório de maldades contra os servidores e contra as áreas sociais.

Estamos organizando uma grande mobilização: uma grande manifestação junto com a Apeoesp, na próxima sexta-feira, dia 26, na Praça da República, às 14 horas e, ao mesmo tempo, outra manifestação no Viaduto do Chá, justamente em frente à Prefeitura de São Paulo, em frente ao gabinete do prefeito Haddad - do PL - contra a retirada de direitos, contra a PEC nº 241, contra o PT nº 257 e contra a Sampaprev.

O prefeito Haddad está querendo privatizar a previdência dos servidores municipais, como fez o Alckmin em 2011, com o Haddad copiando o governo Alckmin, tentando privatizar, por meio da aprovação de um projeto de lei na Câmara Municipal, a previdência, o Iprem, criando a Sampaprev.

Tivemos aqui também o mesmo projeto, que foi aprovado. Nós votamos contra, obstruímos, mas a base do governo votou contra os servidores públicos do estado de São Paulo e o Fernando Haddad vai tentar fazer o mesmo com os servidores municipais.

É por isso que há toda essa reação. É hora de irmos às ruas, às redes sociais, fazer pressão contra o ajuste fiscal, contra a retirada de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais.

Esse processo começou a ser organizado pela Dilma, por meio de um ajuste fiscal praticado contra os trabalhadores e, agora, esse ajuste foi intensificado, logicamente, pelo governo Temer, que representa os interesses do capital nacional e internacional, que representa o submundo da política.

O que existe de mais podre na política brasileira é esse governo Temer, juntamente com o que existe de mais podre aqui em São Paulo na área da política, que é o governo Alckmin. Estão canalizando dinheiro público para o setor privado.

É por isso que estamos denunciando exaustivamente aqui que o Alckmin está arrojando os salários dos servidores, retirando dinheiro da Educação e da Saúde e, ao mesmo tempo, beneficiando as mineradoras, o agronegócio, os grandes frigoríficos, as avícolas e a Ambev, por meio dos benefícios fiscais. Ele canaliza bilhões de reais para esses setores. Em contrapartida, ele arrocha os salários dos nossos servidores, principalmente do Magistério público.

Por isso que nós estaremos na próxima semana nas duas manifestações. Na manifestação Simpeem contra a privatização da Previdência Municipal e também na manifestação da Apeesp contra a retirada de direitos e contra o arrocho salarial promovido pelo governo Alckmin. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Afonso Lobato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada, pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Jooji Hato, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, quero começar a minha fala dizendo da notícia que foi veiculada pela Imprensa hoje cedo, sobre a suspeita do Ministério Público do Rio de Janeiro de desvio de 600 milhões de reais na última Olimpíada terminada agora no domingo próximo passado. Há suspeitas nas obras que foram realizadas, suspeitas em serviços que foram prestados. Enfim, há suspeita de que 600 milhões de reais foram desviados.

Quero dizer que isso não gera espanto, mas gera. Infelizmente, nós acabamos nos acostumando com tanta corrupção no Brasil. O Brasil virou um país sem lei, um país sem ordem, virou um país do absurdo. Mas ainda gera espanto sim, porque nós sabemos que nós temos problemas terríveis ligados à Saúde, principalmente no Rio de Janeiro, porque logo em seguida dessa matéria passou outra mostrando os hospitais públicos e a desgraça que se encontra lá.

Mas isso vale para todos os estados. Não vamos ficar só no Rio do Janeiro que, aliás, nem é da nossa competência porque somos deputados por São Paulo. Mas dizer da nossa indignação que pessoas ligadas ao serviço público ainda desviam dinheiro do povo, são verdadeiros assassinos porque cada centavo desviado do erário público é uma pessoa que morre num hospital, é uma criança que deixa de ser educada, é um homem ou uma mulher da Segurança pública que deixa de ter investimento na sua área de serviço, enfim, é o povo que é prejudicado.

Portanto, nós temos que trabalhar contra esse tipo de notícia. Não é mais aceitável esse tipo de notícia sobre corrupção no Brasil. É vergonhoso!

Com referência à segurança - o amigo Machado até me indicou alguma coisa aqui - na coluna da querida amiga Mônica Bergamo, por quem tenho grande respeito, é uma grande jornalista, foi publicado no dia 22 próximo passado, uma matéria sobre a Segurança pública que me causa espanto. O título é o seguinte: "Secretaria de Segurança cobra aulas de Direitos Humanos para policiais de São Paulo". Não está errado porque fala em policiais e não policiais militares.

Digo isso porque as pessoas não sabem, mas a Polícia Militar de São Paulo, em todos os seus cursos de formação de soldado, de sargento, de oficial, os cursos de aperfeiçoamento também, tanto o de sargento como o de oficiais superiores, tem uma matéria própria para Direitos Humanos.

Aliás, nosso manual de Direitos Humanos é baseado na Cruz Vermelha Internacional. É lógico que os hipócritas de plantão vão fazer um monte de piadinha, vão falar "ah, polícia não faz Direitos Humanos", aquelas babaquices que eu ouço há 37 anos e que não me incomodam - esse pessoal mal informado só me faz rir. A assessora especial de Direitos Humanos da pasta, Marcia Garutti é quem está pedindo informação.

Sr. Presidente, solicito que a minha fala seja encaminhada para a Sra. Marcia Garutti - parece que é da Segurança Pública - para informá-la de que primeiro ela precisa conhecer a Polícia Militar antes de lançar uma matéria dessa, a menos que ela esteja cobrando para a Polícia Civil e para a Polícia Técnico-Científica. Então eu me calo.

Para a Polícia Militar não é necessário nada do que ela fala aqui. Inclusão de disciplinas sobre racismo, direitos humanos, direitos LGBT, de pessoas com deficiência e idosos na formação.

Isso a Polícia Militar já tem há muito tempo. Ela fala que houve o compromisso das academias de inserir. Prezada Sra. Marcia Garutti, a senhora precisa se informar, porque há mais de dez anos, até há mais de 15 anos, essas matérias existem nos currículos da Polícia Militar.

A senhora fala, no final do texto, que os temas ligados a direitos humanos podem contribuir inclusive para o combate a problemas como a violência e a letalidade policial. Eu não sei que Segurança Pública a senhora conhece, mas eu sei que violência e letalidade policial só existem na boca de quem não gosta de polícia, porque a violência é contra a polícia e a letalidade é contra a polícia.

Caso a senhora não saiba, Dona Marcia, nos últimos cinco anos mais de 600 policiais militares foram mortos, em serviço, de folga e até aposentados. Não vejo preocupação por parte da senhora com isso.

Acho que a senhora deveria deixar a Secretaria de Segurança Pública e procurar outro serviço, porque de segurança a senhora não está muito informada. Se a senhora quiser informação, o meu gabinete está à disposição para poder assessorá-la no que for necessário, para a senhora conhecer um pouco mais sobre as polícias e sobre o serviço policial.

O verdadeiro defensor dos direitos humanos é a Polícia Militar. Nosso homem sai todos os dias de manhã de casa sem saber se irá retornar ao final do dia. Hoje mesmo eu estava lendo uma matéria. No Nordeste mais um cabo foi morto em serviço.

Não é só em São Paulo, em todo o Brasil homens e policiais militares têm sido mortos diariamente pela criminalidade, e as pessoas não estão preocupadas com isso. Fico espantado com o fato de a senhora, que trabalha com Segurança Pública, não estar preocupada com isso. Acho que a senhora precisa se informar um pouco mais, porque nós, que trabalhamos no serviço público, não podemos falar essas asneiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Cruz. (Pausa.) Tem a

palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celso Giglio. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Márcio Camargo. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.)

- Assume a Presidência o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos que nos acompanham pelas galerias, dizem que quem cala consente.

Eu ouvi atentamente o nobre deputado Carlos Giannazi falar do presidente do meu partido, Michel Temer. Ele disse que ele é um presidente do submundo.

Eu gostaria de dizer ao nobre deputado Carlos Giannazi que eu o respeito muito, mas não aceito os argumentos dele em relação a nosso presidente interino. O Dr. Michel Temer não é presidente do Brasil ainda. Pode até ser, mas antes deverá ocorrer o julgamento do impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff.

O nobre deputado se referiu a ele como presidente da República. Ele não é presidente ainda, pode ser. Então, caro deputado Carlos Giannazi, com todo o respeito, do submundo ele não é. Pode até pertencer a um País do submundo.

Onde é que não existe corrupção neste País? Segundo a imprensa escrita, falada, televisionada, todos os dias há casos de corrupção sendo investigados. Graças a Deus que estão investigando, prendendo gente e resolvendo o problema das corrupções. Essas manobras devem ser feitas para que este país volte a ser um país legal. É um país ilegal e do submundo, eu concordo, nobre deputado Carlos Giannazi.

Infelizmente, nós teremos problemas se forem fazer apurações em várias frentes, como estatais e secretarias. É claro que há secretarias probas, que não têm problemas, mas a maioria tem problemas.

O nosso país é um país de acusações, em que o acusador acusa, mas não consegue provar. Nos países mais desenvolvidos, quem acusa tem que provar que aquela pessoa pertence ao submundo, que aquela pessoa acusada roubou ou praticou um delito.

Aqui o que vale é a versão: plantam uma versão, não provam nada e execram publicamente uma pessoa inocente. Quantos casos nós tivemos, desde Rui Barbosa e Juscelino Kubitschek. Muitos ministros e homens públicos foram acusados de desonestidade, mas depois provaram, com o passar do tempo, que não eram desonestos.

Portanto, quando as pessoas acusam, elas têm que provar, cumprindo a sua tarefa de cidadão, levando-o às barras dos tribunais. Esta é a nossa função. O que não podemos é dizer toda hora que fulano de tal é corrupto, que ele pertence à máfia ou ao PCC. Às vezes, eles não pertencem. Então, isso tem que ser provado.

Este é um país das versões, em que nenhum acusador tem a obrigação de provar o que fala. Este é um país do submundo, que está em um mar de lama, que tem mais de 12 milhões de desempregados e que está em uma crise econômica gravíssima. Lojas e empresas estão fechando, e o desemprego está rolando. E ainda há a crise política.

Quero reafirmar que o Dr. Michel Temer precisa de um voto de confiança. Quem irá governar o país se não for o Dr. Michel Temer? Eu acredito que ele é o homem indicado neste instante, porque ele tem acessibilidade e conhece a Câmara e o Congresso.

Nós precisamos de uma pessoa assim para unir o País. Precisamos que o Dr. Michel Temer faça um bom governo. Estou orando a Deus para que isso aconteça. Que ele salve este país, pois estamos no fundo do poço. Chegamos a mais de 12 milhões de desempregados.

Isso é gravíssimo. O Dr. Michel Temer ainda não aprovou nenhum projeto contra o interesse dos professores, como foi falado na tribuna. Ele não aprovou nenhum projeto contra os trabalhadores e não tomou nenhuma atitude, até porque ele ainda não é o presidente do nosso país.

O Dr. Michel Temer merece todo o nosso respeito e a nossa torcida para que faça um grande governo se for efetivado como presidente da República, o que pode acontecer em três dias ou em uma semana.

Sr. Presidente, o País está mergulhado em um grau de insegurança e criminalidade terrível. É um país que não queremos para ninguém, mas temos uma pessoa que pode ajudar muito. Esse nome é o Dr. Michel Temer, que temos que enaltecer, dando um voto de confiança para que ele possa governar, por um ou dois anos, e salvar este país.

Os que fizeram antes não resolveram o problema do País. O Brasil continua um país do submundo e da ilegalidade. Temos que transformar este país do submundo e da ilegalidade em um país probo e sério, em um país que tenha mais Segurança, mais Saúde, mais Educação e sem tantos desempregados.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, acabei de fazer um pronunciamento minutos atrás falando dos ataques à Educação pública brasileira através da PEC 242, do PLP 257 e quero frisar também que vem aí uma reforma da Previdência contra todos os trabalhadores e os servidores da Educação, contra o Magistério brasileiro, inclusive o governo já sinaliza com o fim da aposentadoria especial para o Magistério. São várias medidas do ponto de vista econômico e do ponto de vista político. Tem outra também que não posso deixar de registrar. Refiro-me a esse movimento que distribuiu vários projetos de lei em Câmaras Municipais, em Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional: o movimento Escola sem Partido. Na verdade, por detrás desse movimento tem um grande partido, o partido da censura, o partido da lei da mordça, o partido do pensamento único, um movimento direcionado contra o Magistério, contra os professores, querendo acabar com a democracia dentro da escola, com a gestão democrática, com a liberdade